

COM SUAS BENFEITORIAS, QUINTAL E MANGUEIRA: O HABITAR TROPEIRO A PARTIR DOS INVENTÁRIOS *POST-MORTEM* (CASTRO, SÉCULO XIX)

COM SUS MEJORAS, PATIO Y MANGA: EL HABITAR TROPERO A PARTIR DE LOS INVENTARIOS *POST-MORTEM* (CASTRO, SIGLO XIX)

Vinicius Augusto Andrade de Assis¹

Resumo: Buscamos neste artigo compreender quais eram as formas de morar das famílias tropeiras em Castro, município localizado nos Campos Gerais do Paraná, cuja economia e sociedade foram marcadas pela criação de gado vacum, pela invernagem e pela lavoura destinada ao abastecimento das tropas que percorriam o caminho do Viamão. Partimos da hipótese de que, numa localidade rural e pouco abastada, a unidade doméstica não era composta apenas pela casa, mas por um conjunto articulado de espaços dedicados à agropecuária. Para tanto, analisamos um banco de dados composto por 145 inventários *post-mortem* abertos entre 1830 e 1879, em diálogo com relatos de dois viajantes estrangeiros que atravessaram os Campos Gerais em diferentes momentos do oitocentos.

Palavras-chave: Cultura Material; Inventários *post-mortem*; Tropeirismo.

Resumen: Buscamos comprender las formas de habitar de las familias troperas en Castro, municipio situado en los Campos Generales de Paraná, cuya economía y sociedad estuvieron marcadas por la cría de ganado vacuno, la invernada de mulas y la agricultura destinada al abastecimiento de las tropas que recorrían el camino de Viamão. Partimos de la hipótesis de que, en una localidad rural y poco próspera, la unidad doméstica no estaba compuesta únicamente por la casa, sino por un conjunto articulado de espacios dedicados a las actividades agropecuarias. Para ello, analizamos una base de datos compuesta por 145 inventarios *post mortem* abiertos entre 1830 y 1879, en diálogo con dos relatos de viajeros extranjeros que atravesaron los Campos Generales en distintos momentos del ochocientos.

Palabras clave: Cultura Material; Inventarios *post-mortem*; Tropería.

¹Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3649576119513631>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9084-1457>. E-mail: vinideassis1@gmail.com. Este artigo foi resultado dos debates realizados no VI Encontro de Pós-Graduandos da Sociedade Brasileira de Estudos do Oitocentos, realizado na Universidade Federal de Sergipe entre 26 e 28 de novembro de 2025, onde apresentamos o trabalho “Cultura material, riqueza e escravidão nos Campos Gerais/PR (1830-1879)”; o trabalho consistiu nos resultados parciais de nossa tese de doutorado, financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), e orientada pelo professor Carlos de Almeida Prado Bacellar (*in memoriam*).

INTRODUÇÃO

Ao percorrer os Campos Gerais na segunda metade do século XIX, especificamente entre 1872 e 1875, o engenheiro inglês Thomas P. Bigg-Whiter surpreendeu-se que ninguém viajava por aquelas “trilhas numerosas de mulas sem encontrar uma casa de qualquer espécie – geralmente um chalé habitado por um caboclo (fazendeiro em pequena escala) ou então uma chácara com currais grandes e muitas dependências anexas, pertencente a algum fazendeiro mais rico”(BIGG-WHITER, 1974, p.112). Nessa mesma viagem, o autor descreveu detalhadamente a casa de um possível “fazendeiro em pequena escala”, denominado *Sr. Andrade*:

entramos numa pequena sala de madeira de 14 por 12 pés, com portas em cada parede, [...]. O soalho era de chão batido e no meio da sala havia uma mesa solitária. Sem janelas, quando a porta se fechava, a claridade penetrava somente através das frestas da parede e pelo telhado [...]. Em volta das paredes, feitas de tábuas [...], estavam pendurados todos os objetos necessários ao serviço diário dos moradores. Laços, chicotes, esporas, selas, cabeçadas, espingardas de curto alcance e garruchas [...], indicando bastante precisamente a espécie de vida que o nosso hospedeiro e a maior parte de sua família levavam (BIGG-WHITER, 1974, p.122).

O *Sr. Andrade* estava na faixa nos 60 anos de idade, detinha algumas campinas e aquela casa de morada, como também era proprietário de inúmeras cabeças de gado e de dois escravizados, sendo “uma negra” e “um menino”. Todavia, suas posses não impediram o olhar de alteridade do estrangeiro, que passou a noite refletindo em como aquele indivíduo se orgulhava de possuir uma propriedade com mais de trinta milhas “quadradas de extensão e também possuía algumas centenas de cabeça de gado, mulas e cavalos, se contentava com passar sua vida numa habitação tão miserável como aquela, vivendo de uma maneira nada melhor do que a do mais pobre caboclo” (BIGG-WHITER, 1974, p.126).

Apesar da simplicidade observada por Bigg-Wither, a habitação do *Sr. Andrade* sugere uma realidade distinta daquela associada por Antonio Candido ao rancho do caipira paulista. Segundo o autor, a precariedade construtiva dessas moradias relacionava-se a formas de ocupação marcadas pela mobilidade, pelo povoamento disperso e por uma economia de subsistência, razão pela qual o próprio termo “rancho” carregava a ideia de pouso temporário (CANDIDO, 1975, p.37-44). A descrição do viajante inglês, contudo, revela uma casa que, embora modesta em seus materiais e em seu conforto, estava vinculada a uma propriedade dotada de terras, rebanhos e mão de obra escravizada. Assim, a pobreza aparente da construção não traduz necessariamente instabilidade

econômica ou ocupação transitória do espaço; ao contrário, a moradia figurava como parte de uma unidade doméstica e produtiva consolidada, articulada às atividades pecuárias que caracterizavam os Campos Gerais no decorrer do oitocentos.

De meados do século XVIII à década de 1870, a região integrou o caminho do Viamão, interligando a vila homônima no Rio Grande de São Pedro à feira de gado em Sorocaba; suas planícies e pastos naturais possibilitaram a formação de fazendas e invernadas ainda na primeira metade do setecentos². A economia tropeira – que não se resumia à condução de tropas, mas também a criação, comércio e abastecimento das mesmas, bem como de peões e tropeiros – desencadeou uma sociedade culturalmente inserida na pecuária. De acordo com o naturalista francês Auguste de Saint-Hilaire, que atravessou os Campos Gerais em 1820, “os homens estão sempre a cavalo e andam quase sempre a galope, levando um laço de couro amarrado à sela, que é de um tipo especial denominado lombilho. Os meninos, mesmo os pequenos, aprendem a atirar o laço, a formar o “rodeio” e a correr atrás dos cavalos e dos bois” (SAINT-HILAIRE, 1995, p.18). A expansão das estradas de ferro proporcionou o lento declínio do transporte marítimo; o fenômeno também foi observado por Bigg-Whiter, ressaltando que “os dias florescentes desse comércio já tinham acabado. O preço das mulas no sul subiu e os preços em Sorocaba tinham caído. Todavia, o comércio continuava a ser feito, embora em menor escala do que antes” (BIGG-WHITER, 1974, p.363).

Considerando que a casa é o “palco permanente das atividades condicionadas à cultura de seus usuários” (LEMOS, 1989, p.9), buscamos neste artigo compreender quais eram as formas de morar das famílias tropeiras, ou seja, dos indivíduos cujos ciclos de vida foram marcados pela conjuntura econômica de pecuária. Nossa fonte principal consiste num banco de dados elaborado a partir de informações extraídas de 145 inventários *post-mortem* da vara cível de Castro, município localizado nos Campos Gerais, abertos entre 1830 e 1879. Cientes de que essa documentação “permite a observação de um momento da vida material de determinadas pessoas, como uma fotografia” (FARIA, 1998, p.227), alguns questionamentos vieram à tona, a saber: 1) Como se organizava o habitar nos

² Conforme destacou Saint-Hilaire (1820), “os Campos Gerais, assim chamados devido à sua vasta extensão, não constituem uma comarca nem um distrito; trata-se de um desses territórios que, independentemente das divisões políticas, se distinguem em qualquer região pelo seu aspecto e pela natureza de seus produtos e de seu solo; onde deixam de existir as características que deram à região um nome particular – aí ficam os limites desses territórios. Na margem esquerda do [rio] Itararé começam os Campos Gerais, região bem diferente das terras que a precedem do lado nordeste, e ele termina a pouca distância do Registro de Curitiba, onde o solo se torna desigual e às verdejantes pastagens se sucedem sombrias e imponentes mata” (SAINT-HILAIRE, 1995, p.11).

Campos Gerais oitocentista? 2) De que modo as características da economia tropeira influenciavam a organização dos espaços? 3) As formas de habitar expressavam diferenças de riqueza e posição social? Partimos da hipótese de que, numa localidade rural e pouco abastada, a unidade doméstica não era composta apenas pela casa, mas por um conjunto articulado de espaços dedicados à agropecuária; em outras palavras, indagamos a existência de um “habitar tropeiro”, entendido não como um modelo rígido de moradia, mas como um conjunto de práticas e espaços relacionados à atividade econômica.

É preciso ponderar que a riqueza registrada nos inventários reflete, em grande medida, processos de acumulação construídos ao longo de décadas. Assim, mesmo um processo aberto nos anos 1870 testemunha a solidez de uma economia que atingira seu auge anteriormente, embora a expansão das ferrovias já anunciasse o declínio do tropeirismo. Paralelamente, a quantificação das casas de morada revelou limitações inerentes à própria natureza da fonte, uma vez que as descrições variavam consideravelmente quanto às terminologias empregadas, ao nível de detalhamento e aos critérios adotados pelos escrivães. Enquanto alguns inventários registravam minuciosamente compartimentos, materiais construtivos e benfeitorias, outros restringiam-se à simples menção do imóvel. Em 1832, por exemplo, Cipriano Eleutério dos Santos tinha como bem mais valioso uma “morada de casas citas no Pátio da Matriz [...] de três lanços, cobertas de telha, com corredor, onze portas, e uma alcova forrada, e atijolada, um quarto com armação para loja forrado, com cozinha fora, forno, com quintal fechado de madeira”. Já em 1847, Carlos José de Oliveira foi inventariado como proprietário de apenas “uma casa no Pátio da freguesia de Ponta Grossa”; de modo semelhante, Manoel Moreira Garcês teve seus bens descritos, em 1863, com o “campo e matos do sítio denominado Cercadinho”, uma “parte da casa do sítio” e a “casa da cidade com potreiro” (TJPR, Inventários). Apesar das limitações, a recorrência de determinadas terminologias permitiu identificar padrões na organização dos espaços domésticos, possibilitando o exercício empírico e, a partir dele, discutir a pertinência analítica do “habitar tropeiro”.

A CASA NA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA

A casa ocupa posição central nos estudos sobre cultura material³. Em seu clássico *Civilização material, economia e capitalismo*, Fernand Braudel dedicou um capítulo à

³ Conforme os pressupostos do antropólogo Daniel Miller, “num grau muito mais elevado, a moradia implica contornos de poder e escala que tornam questões tão íntimas como nossos relacionamentos pessoais dependentes de forças muito maiores” (MILLER, 2013, p.120).

habitação, situando-a entre os consumos necessários e os consumos supérfluos, destacando sua importância para a compreensão das condições materiais de existência (BRAUDEL, 1984, p.223-237). Reconhecendo esse pioneirismo, Daniel Roche observou que “a casa estava no centro da vida comum”, constituindo um espaço onde se encontravam – e por vezes se contradiziam – a técnica, a economia, a cultura coletiva, as escolhas individuais, os deveres e os arranjos cotidianos. Para o autor, a habitação sintetizava questões fundamentais relacionadas tanto à produção quanto ao consumo, revelando as instâncias que organizavam a realidade social (ROCHE, 2000, p.115). No Brasil, contudo, reflexões sobre a moradia antecederam a recepção francesa, encontrando expressão nas obras de Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda.

Em *Casa-grande e senzala*, Freyre destacava a dificuldade dos colonizadores “na sua vida íntima, simulando fora de casa ar e fausto de fidalgos. Em casa, jejuando e passando necessidade; na rua, ostentando grandeza” (FREYRE, 1999, p.239). De toda forma, a moradia dos senhores de engenho colonial foi interpretada como parte do “sistema de colonização e formação patriarcal do Brasil” (FREYRE, 1999, p.357). Mas foi em *Sobrados e mucambos* que as interpretações a respeito da casa se aperfeiçoaram; tendo em vista a decadência do patriarcado rural e o desenvolvimento de centros urbanos no oitocentos, o autor considerou a “casa-grande no Brasil não só como o centro de um sistema rural e de família mas como um tipo de habitação patriarcal que existiu, modificado, nas imediações das cidades (chácaras, casas de sítio, casas assobradadas) ou mesmo dentro delas e à beira mar” (FREYRE, 1998, p.187). Particularmente, o sobrado oitocentista materializou uma nova forma de morar, “a despeito de toda a reeuropeização que vinha se processando com relação a certas modas e certos costumes” (FREYRE, 1998, p.302).

Enquanto Gilberto Freyre observou um processo de “reeuropeização” dos hábitos e das moradias das elites no oitocentos, Sérgio Buarque de Holanda voltou sua atenção para os modos de vida constituídos nos sertões e marcados pela adaptação às condições locais. Em *Caminhos e fronteiras*, o autor demonstrou que a ocupação do interior não resultou na simples reprodução de padrões europeus, mas na incorporação de técnicas, costumes e soluções materiais frequentemente herdadas das populações indígenas. Nesse sentido, “a predileção pelas terras baixas, a frequência ou a simples presença do monjolo, o milho como o alimento habitual, [...] a farinha pilada e o fubá, a carne de porco preferida à de boi, indicariam, de modo geral, estabelecimentos de paulista ou neto de bandeirante” (HOLANDA, 1994, p.190). Essa adaptação também se refletia nos espaços domésticos e

na cultura material, sendo observada através da meia dúzia de camas encontradas nos inventários de São Paulo do século XVII; de acordo com o autor, “aos poucos e à medida que os paulistas vão adotando costumes mais civis e urbanos é que a presença das camas de madeira [...] deixa de constituir uma rara exceção. Mas seria preciso esperar pelo século XIX para assistirmos ao seu triunfo” (HOLANDA, 1994, p.249). Da mesma forma, verifica-se a permanência de uma moradia rústica entre os menos abastados; exemplo disso foram as “choças”, moradia de tradição indígena que possui variadas funções: “servem não apenas de morada, mas ainda de defesa eficaz para seus habitantes, protegendo-os aos mesmo tempo dos elementos naturais, dos bichos, e dos seres humanos hostis” (HOLANDA, 1994, p.97).

Mais do que descrever construções específicas, Sérgio Buarque de Holanda evidenciou como as formas de habitar resultavam de um processo contínuo de adaptação entre ambiente, técnicas disponíveis e modos de vida, perspectiva que influenciaria interpretações posteriores sobre a habitação rural brasileira. Um exemplo significativo encontra-se na análise do rancho paulista realizada por Antonio Candido. Embora o autor reconhecesse a existência de “boas construções” de pedra e cal, observou que “o caipira [...] conservou até hoje a habitação primitiva, que vamos encontrando, sempre a mesma, nos documentos antigos e na informação dos velhos” (CANDIDO, 1975, p. 38). Sua interpretação sugere a permanência histórica de soluções construtivas marcadas pela simplicidade dos materiais, pela adaptação às condições locais e pela economia de recursos, características que aproximam o rancho descrito por Candido das formas de moradia rústica anteriormente identificadas por Sérgio Buarque nos sertões coloniais.

Sob a influência das interpretações formuladas por Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda, a casa brasileira – particularmente a casa paulista – permaneceu como objeto de investigação ao longo da segunda metade do século XX, sobretudo no campo da Arquitetura (LE MOS, 1978; LEMOS, 1989; LEMOS, 2015; SAIA, 1972). Nesses estudos, predominavam preocupações relacionadas às técnicas construtivas, às tipologias habitacionais e aos processos de formação da arquitetura tradicional brasileira. A partir do final do século XX, a historiografia passou a incorporar a moradia como um problema de investigação, explorando-a como espaço de sociabilidade, de organização da vida familiar e de expressão das relações sociais (ALGRANTI, 1997; FARIA, 1998; MARTINEZ, 2007). Conforme indagou Eliane Morelli Abrahão, verificou-se que “a casa desvenda [...] as manifestações cotidianas, os costumes de seus residentes, sejam eles unidos por laços de

parentesco ou por outras formas de vínculo, onde cada um cumpre um papel definido [...] no quadro da estrutura” (ABRAHÃO, 2010, p.73). Em consonância com essa abordagem, Isaac Cassemiro Ribeiro sustenta que a casa, na condição de elemento material da cultura, “se insere em uma História do Espaço, ou seja, na soma do conjunto de relações sociais e das formas materiais em uma sociedade determinada” (RIBEIRO, 2019, p. 6).

Em diálogo com a historiografia dos *Annales* pós-Braudel, quando uma geração de historiadores voltou-se para o cotidiano de variados grupos sociais (DAUMARD, 1992; LE ROY LADURIE, 1997; PEZEZ, 1990), foi possível aprofundar a concepção de que “a vida material são os homens e as coisas, as coisas e os homens” (BRAUDEL, 1984, p.8). Não é por acaso que Daniel Roche, em sua *História das coisas banais*, propõe como ferramenta teórica a conservação da história econômica e social de Fernand Braudel, “nela integrando o projeto de uma história cultural sensível à maneira como as ideias e as práticas se articulam com o mundo social, sensível também às encruzilhadas que atravessam uma sociedade, à diversidade dos empregos materiais ou de códigos compartilhados” (ROCHE, 2000, p.16). Nessa conjuntura, assim como detectado pelos autores clássicos do pensamento social brasileiro décadas antes, a casa deixou de ser percebida apenas como artefato arquitetônico para tornar-se um espaço privilegiado de observação das relações sociais e das práticas cotidianas.

Tal perspectiva mostra-se particularmente relevante para o presente estudo, uma vez que permite compreender a moradia não como uma construção isolada, mas como parte de um conjunto de espaços, práticas e relações que estruturavam os ciclos de vida. Nesse sentido, a “casa térrea no Pátio da Matriz desta vila” (TJPR, Inventários) pertencente a Dona Gertrudes Maria do Espírito Santo – inventariada em 1846 – oferece um exemplo elucidativo. A mesma foi casada com José Carneiro Lobo, que atuou como Sargento-mor de Castro em 1820, quando o casal recebeu Saint-Hilaire na dita morada, cujo interior “não contava [...] com móveis finos nem salas elegantes decoradas, não existia em Castro nada parecido com isso” (SAINT-HILAIRE, 1995, p.80). Foi naquele ambiente que o naturalista francês observou momentos de convívio e hospitalidade; anos mais tarde, a mesma casa tornar-se-ia também cenário do luto familiar e dos procedimentos sucessórios desencadeados pelo falecimento de sua proprietária. Assim, a moradia constituía um espaço onde se desenrolavam experiências fundamentais da vida comum, da celebração à morte, evidenciando a centralidade da casa na organização das relações sociais.

A CASA NOS INVENTÁRIOS DE CASTRO

Nossa principal fonte consiste em um banco de dados composto por informações extraídas de 145 inventários *post-mortem* de Castro, realizados entre 1830 e 1879, dos quais 133 registraram a posse de ao menos um bem de raiz. Nesse conjunto documental, contabilizamos 688 descrições patrimoniais, correspondendo a uma média de 4,7 bens por inventariado. Destacam-se 304 menções a campos, campinas, capões, capoeiras ou faxinais, seguidas por 185 moradas de casas, 102 terras lavradas, 53 poteiros, 40 sítios, 14 invernadas e 11 fazendas. Todavia, tais categorias não constituíam necessariamente unidades fundiárias distintas, sendo comum o arrolamento simultâneo de diferentes bens numa mesma descrição, tal como a “casa do sítio, [com] lavouras e o poteiro junto”, pertencente a João Marcos da Silva, cujo processo foi aberto em 1841 (TJPR, Inventários). O primeiro item representou 44,2% (304 de 688) das descrições, num indicativo de que o acesso mínimo ao pasto era relativamente disseminado entre os indivíduos mais abastados da sociedade – o grupo social, que no decorrer do ciclo vital, acumulou a ponto dos herdeiros arcarem com os custos para abertura de um processo de inventário. No entanto, a diferença residia na escala e na especialização dessas terras, uma vez que as invernadas e fazendas – bens diretamente vinculados à pecuária mais extensiva – correspondiam a 3,6% (25 de 688) das descrições. Em outras palavras, ainda que todos os criadores participassem da economia pecuária, apenas um grupo restrito dispunha das condições fundiárias necessárias para o engorda sistemática do rebanho, o descanso das tropas, e a integração direta com o circuito de Viamão a Sorocaba.

Paralelamente, a casa constitui um dos principais componentes da organização patrimonial, correspondendo a 26,9% (185 de 688) das referências em bens de raiz, numa proporção próxima de uma morada por inventariado. Sua presença recorrente evidencia, em primeiro lugar, a função de abrigo e acomodação dos grupos domésticos. Conforme observou Daniel Roche, “a casa era em primeiro lugar o local de proteção. [...] Esse papel de acolhimento e segurança atravessava as eras e permanecia nas consciências. A casa era também um utensílio de trabalho: ela abrigava as colheitas e os animais, as carroças e as máquinas” (ROCHE, 2000, p.117). Em perspectiva semelhante, Raffaella Sarti destaca que para muitos indivíduos, a habitação era mais do que um refúgio, constituindo igualmente um instrumento de trabalho, cuja organização interna dependia das atividades nela desenvolvidas (SARTI, 2001, p.138). Em alguns casos, essa relação foi explicitamente registrada pelos escrivães, como na “morada de casas no bairro da Ponta Grossa com duas

portas, quatro janelas, dois catres [...] e uma casinha de tenda de ferreiro [...] com quintal cercado de madeiras” (TJPR, Inventários), pertencente a José Francisco Ferreira, em 1831. A descrição revela a integração entre espaço doméstico produtivo; ademais a ausência de escravos homens em idade produtiva sugere que as atividades da ferraria dependiam fortemente do inventariado ou de trabalhadores livres agregados ao domicílio.

As referências espaciais associadas à casa permitem vislumbrar a forma como os escrevães situavam-nas territorialmente; calculamos que 34,6% (64 de 185) das descrições não apresentam menções diretas à localização, enquanto 65,4% (121 de 185) situavam as habitações por meio de marcadores espaciais diversos, vinculados tanto ao mundo rural quanto ao urbano. Entre as referências rurais, identificamos 31 residências em sítios e outras 16 em fazendas, seguidos por menções unitárias de estância, faxinais e sertão; em contrapartida, as referências urbanas concentraram-se em 20 moradias que fazem menção à vila de Castro, além de 17 para as ruas do Fogo, Direita, do Porto e das Tropas, muitas vezes com duas alusões espaciais na mesma descrição, como a “morada de casa térreas nesta vila na rua do Fogo” pertencente a João Batista Penteado, inventariado em 1847 (TJPR, Inventários). Identificamos cinco ocorrências do termo cidade, relacionadas à elevação da vila à dita categoria após a criação da Província do Paraná, em 1853; a primeira menção à cidade data de 1860, não havendo novas referências à palavra vila, o que sugere a incorporação da mudança administrativa no vocabulário do escrevães. Por sua vez, as 18 menções a freguesias apresentam maior dificuldade de classificação, visto que remetem a uma divisão administrativa e religiosa que não permite identificar – por si só – as características urbanas ou rurais da habitação; assim, torna-se impossível determinar a configuração da “casa na freguesia do Tibagi”, pertencente a Manoel da Costa Portela em 1857 (TJPR, Inventários).

Nessa relação entre rural e urbano, não era incomum que a maioria de proprietários rurais tivessem ao menos uma casa na vila; conforme descreveu Saint-Hilaire sobre Curitiba, ela se mostrava “tão deserta, no meio da semana, quanto a maioria das cidades do interior do Brasil. Ali, como em muitos outros lugares, quase todos os seus habitantes são agricultores que só vêm à cidade nos domingos e dias santos, trazidos pelo dever do ofício divino” (SAINT-HILAIRE, 1995, p.106). A observação sugere que a presença de moradas na vila não implicava necessariamente um afastamento das atividades agrárias, mas antes a coexistência de diferentes espaços de residência e circulação no cotidiano das famílias ligadas ao mundo rural.

Do conjunto de 185 casas inventariadas, chamou-nos atenção a ausência de descrições com algum grau de verticalidade – sobrados ou assobradados. Conforme a interpretação freyreana, a “concepção [...] de que o sobrado ainda patriarcal e já burguês é que representava a melhor ou mais alta civilização brasileira, ao findar o século XVIII e começar o XIX [...] parece ter sido geral entre os homens esclarecidos da época” (FREYRE, 1998, p.301). Em seu estudo sobre as Minas Gerais setecentista, Isaac Cassemiro Ribeiro detectou que “a maior parte das grandes fazendas exclusivamente produtoras de gêneros alimentícios foram fundadas no último quartel do século XVIII, sobretudo em áreas de fronteira, muitas delas com casas de sobrado ou assobradadas”, ao mesmo tempo que nas “áreas urbanas também se observava, no mesmo período, a construção de inúmeros sobrados requintados, encomendados por comerciantes, fazendeiros, [...] e funcionários da burocracia estatal e eclesiástica”(RIBEIRO, 2019, p.97). Na São Paulo oitocentista, particularmente em Campinas, Eliane Morelli Abrahão verificou a conversão da casa urbana em “moradia efetiva dos fazendeiros, que para elas se transferiram com toda a família e o seu séquito de escravos “de dentro” da casa. Grandes solares e sobrados foram construídos, substituindo-se gradativamente a taipa de pilão e o pau-a-pique de tijolos” (ABRAHÃO, 2010, p.56). Tomando a síntese de Carlos Lemos, “esses sobrados existiram pelo país todo, sempre que houvesse um rico” (LE MOS, 1989, p.32); entretanto, Dona Izabel Branco e Silva – com processo aberto em 1871 – contava somente com as “casas da estância com suas benfeitorias e potreiro” (TJPR, Inventários), sendo ela a inventariada mais rica da amostra, com fortuna acima dos 300 contos de réis⁴.

A inexistência de sobrados mesmo entre os estratos superiores da amostra não implica, contudo, a igualdade no habitar. Descrevendo os arredores de Ponta Grossa – que foi freguesia de Castro até 1855 – na década de 1870, Bigg-Whiter deu destaque para a “mansão” pertencente a “um dos sócios do armazém ou loja principal da cidade, cuja firma tinha o nome de Ribas & Oliveira”; de acordo com o engenheiro inglês:

⁴ Embora não seja o objetivo deste trabalho apresentar a composição dos patrimônios avaliados, é preciso destacar que a distribuição da riqueza em Castro – entre 1830 e 1879 – demonstrou uma elevada desigualdade, visto que a fortuna de nossa amostra de 145 inventários *post-mortem* totalizou em 2.025:138\$422 réis. A riqueza concentrava-se nas mãos dos 22 indivíduos mais abastados (todos cujo montante acumulou acima de 20 contos de réis), que representam 15,2% da amostra, mas detinham 70,9% das fortunas. Por outro lado, os 78 inventariados com menos de cinco contos de réis correspondiam a 53,8% do conjunto e detinham apenas 7,0% da riqueza total. Os de fortuna média equivaliam a 31,0% dos inventários e 22,1% dos montantes finais. O coeficiente de Gini para a riqueza acumulada pelos inventariados alcançou 0,654, o que era de se esperar num conjunto de dados onde 22 de 145 pessoas monopolizavam mais da metade da riqueza avaliada.

Pelas cinco horas tínhamos chegado aos arredores da cidade de Ponta Grossa, passando pela primeira casa, construída no mesmo estilo intensamente moderno que vimos adotado nos subúrbios de todas as cidades visitadas até aqui por nós no Brasil. A fachada pode ser descrita como um paralelogramo pintado de branco e adornada de pilastras lisas, de vitrais, que devem ter custado pequena fortuna para chegar até ali, e de venezianas verdes ortodoxas (BIGG-WHITER, 1974, p.88).

O autor ainda ressaltou que o município não havia mudado “desde a sua fundação. Seus edifícios e ruas não ofereciam nada de notável. Havia [...] a habitual praça grande, com uma igreja de paredes caiadas de branco a uma extremidade, e as casas, na maioria, eram de um pavimento, sem as complicações de um andar superior” (BIGG-WHITER, 1974, p. 91). As observações do viajante sugerem que a diferenciação material existente nos Campos Gerais não se expressava necessariamente pela verticalização da moradia; ainda que a casa térrea permanecesse como forma arquitetônica predominante, determinados proprietários investiam em recursos construtivos capazes de conferir distinção às suas residências. Este parece ter sido o caso do Sargento-mor Benedito Mariano Ribas, residente em 1841 numa “morada de casa citas na [...] freguesia da Ponta Grossa de noventa e dois palmos de frente, construída em círculo de paredes de pedra e cal e repartimento de paredes de mão, com as salas e alcovas forradas e assoalhadas, janelas envidraçadas com varandas cozinha, e quintal” (TJPR, Inventários). Em posição semelhante encontrava-se João Carneiro Lobo, inventariado em 1844 com uma “morada de casas nesta vila, com dois lanços, paredes de mão, coberta de telhas, com uma sala forrada e assoalhada, um pequeno quintal fechado com muros” (TJPR, Inventários). Tais descrições indicam que, embora os sobrados estivessem ausentes da paisagem local, a qualidade dos materiais empregados, os acabamentos internos e a incorporação de elementos de conforto e prestígio constituíam importantes marcadores de diferenciação social entre os proprietários de Castro.

Se a verticalização não constituía um marcador relevante de distinção, outros aspectos do morar assumiam tal função. Sobre os “ricos fazendeiros dos Campos Gerais”, Saint-Hilaire mencionou que “suas casas estão longe de apresentar essa magnificência que se nota nas fazendas dos antigos mineiros” (SAINT-HILAIRE, 1995, p.19). Tomando como exemplo:

A Fazenda de Jaguariaíva compunha-se de uma dúzia de casas, para os negros, de algumas cabanas que serviam à cultura da região e à casa do dono. Esta era maior do que todas as que havia visto desde que deixara Sorocaba, mas teria sido considerada uma das mais modestas na parte oriental de Minas Gerais. Ao chegar, entra-se num comprido corredor, que dá acesso a três salinhas escuras, reservadas aos visitantes. Uma porta do

quarto das mulheres dava para o corredor, em cujas extremidades havia uma saleta, uma delas transformada em oratório. A casa não tinha forro, e as paredes dos quatinhos reservados aos hóspedes não iam até o teto. Uma fileira de árvores da espécie denominada figueira-do-campo e de *aroeiras* [...] abrigava a casa dos ventos do sul, comumente muito violentos naquele local elevado, e fornecia uma bela sombra. Por trás das árvores ficavam os currais, que à época da minha viagem continham numeroso gado (SAINT-HILAIRE, 1995, p.44).

Localizada próximo ao termo de Castro, a propriedade constituiu o futuro município de Jaguariaíva e pertencia ao Coronel Luciano Carneiro Lobo, marido de Dona Izabel Branco e Silva e pai do Sargento-mor José Carneiro Lobo e de João Carneiro Lobo, mencionados anteriormente. Embora a “casa do dono” – que possivelmente corresponda à “morada de casas da estância com suas benfeitorias e potreiro” arrolada no inventário Dona Izabel – fosse descrita com relativa simplicidade, o naturalista francês registrou a existência de senzalas, cabanas ligadas às atividades produtivas e currais repletos de gado. A observação é significativa porque sugere que o estatuto social da família não se expressava apenas na moradia principal, mas no conjunto de edificações e espaços que compunham a propriedade. Mais do que uma casa isolada, a fazenda configurava uma unidade doméstica e produtiva integrada, na qual habitação, trabalho e criação animal encontravam-se estreitamente articulados.

As informações contidas nos inventários *post-mortem* de Castro demonstram que as moradias – rurais e urbanas – raramente eram descritas de forma isolada. Das 185 avaliações de casas identificadas, calculamos que 31,4% (58) apresentavam a habitação sem qualquer referência a outros espaços ou estruturas associadas. Em contrapartida, 68,6% (127) faziam menção a elementos complementares, sugerindo que os escravos frequentemente concebiam a moradia como parte de um conjunto mais amplo de recursos domésticos e produtivos. Dentre essas 127 ocorrências, 49,6% (63) mencionam o termo “benfeitoria”, expressão definida por Antônio de Moraes Silva como toda “obra que se faz em qualquer prédio para servir às necessidades, para utilidade, e mais cômodo, ou para prazer e por estado” (SILVA, 1789, v. 1, p.177). Embora a designação não permita identificar quais estruturas compunham essas benfeitorias, sua recorrência indica que a casa era frequentemente percebida em associação a outros elementos da propriedade. Assim, quando o escravo registrou apenas uma “casa com suas benfeitorias” (TJPR, Inventários), pertencente a Antonio Maciel de Almeida e inventariada em 1855, reconhecia implicitamente que o valor e a funcionalidade da moradia extrapolavam os limites da construção principal.

Vez ou outra, tais benfeitorias eram especificadas pelos escrivães. O exemplo mais recorrente foi o quintal, mencionado em 37,0% das descrições que associavam a casa a outros elementos, correspondendo a 47 das 127 ocorrências. Conforme as definições do dicionarista Antônio de Moraes Silva, o quintal era “na cidade, ou na vila um pedaço de terra murada com árvores de fruta, etc.” (SILVA, 1789, v.2, p.278). Na sociedade brasileira, contudo, esse espaço desempenhava funções que ultrapassavam o simples cultivo de árvores frutíferas. Segundo Carlos Lemos “nos velhos e pormenorizados levantamentos efetuados nos inventários elaborados pelos juizes de órfãos de nossas cidades, vários deles, referentes a paulistas falecidos principalmente no século XVII, é muito comum encontrarmos notícias de cozinhas isoladas no quintal” (LEMOS, 1972, p. 50). Tal prática permaneceu nos Campos Gerais oitocentista, onde oito das 17 referências à cozinha sinuavam-na junto ao quintal ou separada do corpo principal da residência; foi o caso da “morada de casas térreas com quintal fechado de muros e cozinha para fora”, pertencente a Ana Maria Castanho de Araújo, inventariada em 1856 (TJPR, Inventários). Mais do que um espaço residual, o quintal configurava uma extensão da unidade doméstica, articulando habitação, trabalho cotidiano e atividades complementares à vida familiar.

O quintal como objeto não é novidade na historiografia brasileira. Em estudo sobre o espaço privado e a vida material em Porto Alegre no século XIX, Luís Cláudio Symanski considerou que os “vestígios arqueológicos do quintal de uma habitação são evidências das atividades cotidianas de um dado grupo doméstico em sua interação com a sociedade como um todo” (SYMANSKI, 1998, p.16). Para as Minas Gerais do século XVIII, José Newton Coelho Meneses interpretou os quintais como “espaços de cultivo, de criação, de fazeres e de sociabilidades. Harmonizam-se aí canteiros de hortaliças, pomar de frutas [...], [...] criação de porcos e de aves para o consumo domiciliar e pequeno comércio do excedente (MENESES, 2015, p.77). Por sua vez, considerando o quintal como extensão da casa, Isaac Cassemiro Ribeiro destacou o quanto este “extrapolava o âmbito doméstico/familiar, em suas conformações sociais, se tornando fundamental na construção da paisagem urbana do setecentos” (RIBEIRO, 2019, p.437).

As referências encontradas nos inventários de Castro aproximam-se dessas interpretações, uma vez que os quintais aparecem associados a cozinhas, benfeitorias e outros espaços anexos à moradia. Em sua passagem por Curitiba, Saint-Hilaire verificou que “cada casa, como em Minas e Goiás, possui o seu quintal, mas, nestas espécies de pomares, não se vê apenas bananeiras, mamoeiros ou cafeeiros, e sim macieiras,

pessegueiros e se costuma plantar outras árvores frutíferas da Europa” (SAINT-HILAIRE, 1995, p.105). A observação demonstra que o naturalista reconhecia o quintal como um componente característico das moradias da região. Entretanto, ao descrever os Campos Gerais e a vila de Castro, suas atenções voltaram-se principalmente para os currais, rebanhos e demais estruturas vinculadas à criação animal, aspecto igualmente observado nos relatos de Bigg-Wither. Assim, enquanto os inventários permitem perceber a inserção do quintal na organização patrimonial da casa, os relatos de viagem enfatizam sobretudo os elementos da paisagem pastoril que mais chamaram a atenção dos viajantes.

Para os dois relatos, a ausência do quintal não significa necessariamente a inexistência desses espaços, mas antes revela diferenças entre as formas de observação. Enquanto os inventários avaliavam componentes patrimoniais associados à moradia, os viajantes privilegiavam os elementos mais visíveis da paisagem e aqueles que julgavam característicos da região. Nesse sentido, chama atenção a recorrência das menções a currais, rebanhos e outras estruturas ligadas ao manejo animal, frequentemente descritas nas proximidades das casas. A fazenda Jaguariaíva, por exemplo, foi apresentada por Saint-Hilaire como uma propriedade onde os currais ocupavam posição destacada junto ao conjunto das edificações, ao passo que Bigg-Wither registrou repetidas vezes a presença de grandes currais e dependências anexas às fazendas. Assim, se os quintais permaneceram quase invisíveis ao olhar estrangeiro, os espaços destinados à criação animal mostraram-se suficientemente marcantes para integrar as descrições da paisagem regional.

Em nossa amostra de inventários *post-mortem*, identificamos 36 referências a espaços destinados à criação e ao manejo de animais associados à casa, compostas por 21 menções a mangueiras, 11 poteiros e quatro currais. Embora numericamente inferiores às referências do quintal, tais estruturas distinguem-se por sua vinculação explícita à atividade pecuária, constituindo uma evidência da integração entre habitação e pecuária. Dentre os espaços destinados ao manejo animal, a mangueira merece atenção especial; além de constituir a categoria mais recorrente, o termo apresenta uma particularidade significativa: não foi localizado no dicionário de Antônio de Moraes Silva, uma das principais obras lexicográficas da língua portuguesa em fins do século XVIII e princípios do XIX.

Tal ausência sugere que a palavra não integrava – ao menos naquele momento – o vocabulário considerado geral pelos letrados da América portuguesa⁵. Em contrapartida, localizamos sua definição no *Vocabulario Rioplatense Razonado*, publicado pelo filólogo hispano-uruguaio Daniel Granada em 1889, a saber: “MANGUERA, f. – En las estancias, mataderos, etc., corral grande, cercado de postes ó de piedra, para encerrar gadado”; aparentemente, o termo origina-se do verbo “MANGUEAR, a. – Dirigir, guiar ó atraer con cautela y maña el ganado ó um animal calquiera que se dispara, en lugar de perseguirlo com violencia; á fin de evitar su completa dispersión ó fuga, ó de agarrarlo” (GRANADA, 1890, p.271-272). A definição aproxima a mangueira das estruturas destinadas à contenção e ao manejo dos rebanhos, ao mesmo tempo em que aponta para a circulação de práticas e vocabulários compartilhados entre os Campos Gerais e outras regiões pastoris do sul da América. Em outras palavras, a recorrência do termo nos inventários *post-mortem* oitocentistas de Castro não apenas reforça a centralidade da pecuária na organização dos espaços domésticos, mas também sugere a possível circulação de vocabulários e práticas pastoris compartilhados por diferentes regiões da América e do Brasil meridional.

Ao contrário de *mangueira*, o termo *curral* foi registrado por Silva, que o definiu como “cercado de paus para recolher gado. § na Igreja, espaço cercado de bancos para pessoas de distinção” (SILVA, 1789, v. 1, p. 356); sua presença numa das principais obras lexicográficas do período indica tratar-se de um vocábulo já consolidado na língua portuguesa de fins do Setecentos. Situação distinta verifica-se com *potreiro*, igualmente ausente do dicionário. Nele figura apenas o verbete *potro*, definido como “todo cavalo novo, que ainda não se acabou de ensinar, e domar. § Cavalete de atormentar” (SILVA, 1789, v. 2, p. 225). Tal contraste sugere que, embora o português dispusesse de uma terminologia estabelecida para designar estruturas como o curral, parte do vocabulário relacionado à pecuária extensiva – como *mangueira* e *potreiro* – circulava à margem dos repertórios lexicográficos mais gerais, possivelmente refletindo usos regionais característicos dos espaços pastoris do sul da América. Nesse sentido, Granada definiu *potreiro* como “terreno cercado, para tener animales á mano, aquerenciar caballos, entopillar, desternerar, etc., etc. – Campo aparente para un pastoreo especial, por tener los mejores pastos, aguadas,

⁵ Também realizamos buscas no *Vocabulário português e latino* (1712-1728), de Rafael Bluteau, no *Dicionário da Língua Brasileira* (1832), de Luís Maria da Silva Pinto, no *Vocabulário brasileiro para servir de complemento aos dicionários da língua portuguesa* (1853), de Braz da Costa Rubim, e no *Léxico das lacunas, subsídios para os dicionários da língua portuguesa* (1914), de Afonso de E. Taunay. Não localizamos o verbete “mangueira” em nenhum desses dicionários, reforçando a hipótese de que essa palavra não integra o vocabulário culto da época.

etc. – Rinconada de buenos pastos” (GRANADA, 1890, p. 327), evidenciando tratar-se de um espaço cercado destinado tanto ao manejo quanto ao pastoreio do gado.

A documentação também sugere que esses espaços destinados ao trato pecuário não ocupavam a mesma posição na organização das propriedades. Enquanto mangueiras e currais aparecem associados à moradia, potreiros e invernadas figuravam com frequência como bens avaliados de forma autônoma⁶. Das 53 referências a potreiros identificadas nos inventários, apenas 11 integravam as descrições das moradias, enquanto as outras 42 foram avaliadas de forma independente; de maneira ainda mais expressiva, as 14 invernadas localizadas na documentação figuraram exclusivamente como bens autônomos. Tal padrão sugere que mangueiras e currais estavam mais estreitamente vinculados ao manejo cotidiano dos rebanhos nas imediações da habitação, ao passo que potreiros e invernadas correspondiam a áreas de pastagem e criação cuja extensão e importância lhes conferiam valor fundiário próprio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscamos, neste artigo, apresentar algumas reflexões sobre a moradia nos Campos Gerais do atual estado do Paraná, região cuja economia esteve fortemente vinculada à pecuária e à lavoura de abastecimento ao longo do Oitocentos. Do exame quantitativo dos inventários post-mortem à análise qualitativa dos relatos de viajantes, os dados aqui apresentados contribuem para ampliar as discussões da historiografia da casa brasileira para além de seus aspectos estritamente arquitetônicos, evidenciando a importância das relações entre habitação, cultura material e organização do espaço doméstico.

A análise da documentação permitiu verificar que a predominância de casas térreas, em contraste com a ausência quase completa de sobrados, não correspondeu a uma sociedade materialmente mais igualitária. Ao contrário, as evidências indicam que a diferenciação social manifestava-se menos pela verticalização das moradias do que pela qualidade dos materiais empregados, pelos acabamentos construtivos e pela incorporação de elementos capazes de conferir maior conforto, funcionalidade e distinção às residências.

⁶ De acordo com Antônio de Moraes Silva, o termo *invernada* significa “chuveiros, nevoeiros, cerrações aturados, que há pelo inverno” (SILVA, 1789, v. 1, p. 735); por sua vez, Daniel Granada definiu a mesma palavra como “época del engorde del ganado, la cual empieza em invierno. – Campo de buenos pastos, destinado especialmente al engorde de novillos y vacas, llamado también potrero de invernada. También em Chile [...] y em las provincias meridionales del Brasil” (GRANADA, 1890, p.246). De forma semelhante, o item *potrero de invernada* aparece no dicionário espanhol como todo “campo de buenos pastos, cercado, para pastoreo de novillos ó vacas em la época de la invernada” (GRANADA, 1890, p.327).

Embora o termo benfeitoria apareça com maior recorrência nos inventários, a frequência com que quintais e mangueiras figuram associados às moradias sugere que esses três elementos compunham uma materialidade característica do habitar nos Campos Gerais oitocentistas. Mais do que componentes acessórios da propriedade, benfeitorias, quintais e mangueiras conformavam espaços articulados de moradia, trabalho e manejo dos rebanhos, refletindo o cotidiano de famílias livres cujas atividades econômicas estavam estreitamente vinculadas ao tropeirismo.

Em outras palavras, as evidências permitem sustentar a existência de um habitar tropeiro, entendido como organização material da moradia estreitamente vinculada à economia. Não se trata, contudo, de afirmar que essa fosse a única configuração habitacional da região; a própria documentação revela a coexistência de diferentes formas de morar, relacionadas à diversidade das atividades econômicas, das condições sociais e das posições ocupadas pelos indivíduos na estrutura da propriedade, incluindo as senzalas destinadas à população escravizada. Por fim, talvez as questões aqui apresentadas indiquem a perspicácia de Daniel Roche, ao privilegiar a história da habitação como “um vasto campo de pesquisa em que devemos reexaminar as evidências obtidas e desconfiar dos quadros deformados e das lições simples demais” (ROCHE, 2000, p.145).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAHÃO, Eliane Morelli. **Morar e viver na cidade**: Campinas (1850-1900). Mobiliário e utensílios domésticos. São Paulo: Alameda, 2010.

ALGRANTI, Leila Mezan. Famílias e vida doméstica. In: SOUZA, Laura de Mello e (org.). **História da vida privada no Brasil**: cotidiano e vida privada na América portuguesa. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p.83-154.

BIGG-WHITER, Thomas P. **Novo caminho no Brasil meridional**: a província do Paraná. Três séculos de vida em suas florestas e campos – 1872/1875. Rio de Janeiro; Curitiba: Livraria José Olympio Editora; Universidade Federal do Paraná, 1974 [1878].

BRAUDEL, Fernand. **Civilización material, economía y capitalismo, siglos XV-XVIII**. Tomo I. Las estructuras de lo cotidiano: lo possible y lo impossible. Madrid: Alianza Editorial, 1984 [1979].

CANDIDO, Antonio. **Os parceiros do Rio Bonito**: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus modos de vida. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1975 [1964].

DAUMARD, Adeline. **Os burgueses e a burguesia na França**. São Paulo: Martins Fontes, 1992 [1987].

FARIA, Sheila de Castro. **A colônia em movimento**: família e fortuna no cotidiano colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande e senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. Rio de Janeiro: Record, 1999 [1933].

FREYRE, Gilberto. **Sobrados e mucambos**: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano. Rio de Janeiro: Record, 1998 [1936].

GRANADA, Daniel. **Vocabulario Rioplatense Razonado por D. Daniel Granada, precedido de un juicio crítico por D. A. Magarinós Cervantes, membro correspondente de la Academia Española**. Montevideo: Imprensa Rural, 1890 [1889].

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Caminhos e fronteiras**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994 [1956].

LE ROY LADURIE, Emanuel. **Montaillou**: povoado occitânico, 1294-1324. São Paulo: Companhia das Letras, 1997 [1975].

LEMOS, Carlos. **Cozinhas etc.** São Paulo: Perspectiva, 1978.

LEMOS, Carlos. **A casa brasileira**. São Paulo: Contexto, 1989.

LEMOS, Carlos. **Casa paulista**: história das moradias anteriores ao ecletismo trazido pelo café. São Paulo: Edusp, 2015.

MARTINEZ, Cláudia Eliane Parreiras Marques. **Riqueza e escravidão**: vida material e população no século XIX. Bonfim do Paraopeba/MG. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2007.

MENESES, José Newton Coelho. Pátio cercado por árvores de espinho e outras frutas, sem ordem e sem simetria: o quintal em vilas e arraiais de Minas Gerais (século XVIII e XIX). In: **Anais de Museu Paulista**. São Paulo, v.23, n.2, 2015, p.69-92.

MILLER, Daniel. **Trecos, troços e coisas**: estudos antropológicos sobre a cultura material. Rio de Janeiro: Zahar, 2013 [2010].

PEZEZ, Jean-Marie. História da cultura material. *In*: LE GOFF, Jacques. **A História nova**. São Paulo: Martins Fontes, 1990 [1978], p.177-213.

RIBEIRO, Isaac Cassemiro. **Morada de casas**: cultura material, domesticidades e mudanças sociais (Minas Gerais, Sabará – século XVIII). Tese (Doutorado em História). Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2019.

ROCHE, Daniel. **História das coisas banais**: nascimento do consumo nas sociedades do século XVII ao XIX. Rio de Janeiro: Rocco, 2000 [1997].

SAIA, Luís. **Morada paulista**. São Paulo: Perspectiva, 1972.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem pela comarca de Curitiba**. Curitiba: Fundação Cultural, 1995 [1851].

SARTI, Raffaella. **Casa e família**: habitar, comer e vestir na Europa Moderna. Lisboa: Estampa, 2001.

SILVA, Antônio de Moraes. **Dicionário da língua portuguesa composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado, e acrescentado por Antonio de Moraes Silva natural do Rio de Janeiro**. Dois volumes. Lisboa : Na Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789.

SYMANSKI, Luís Cláudio Pereira. **Espaço privado e vida material em Porto Alegre no século XIX**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998.

TJPR. VARAVÍCEL DA COMARCA DE CASTRO. Inventários.